

SUBJETIVIDADE E DISCIPLINAMENTO NA ESCOLA - UMA LEITURA FOUCAULTIANA DO ESPAÇO E DO TEMPO

(DISCIPLINE AND SUBJETIVITY IN THE SCHOOL - A READING OF SPACE AND ACCORDING TO FOUCAULT)

JOSÉ GERARDO VASCONCELOS*

RESUMO

Tem esse estudo o objetivo de analisar o disciplinamento na educação, tomando-se como referência os estudos de Michel Foucault e seus conseqüentes desdobramentos no controle tempo, na distribuição do espaço escolar, na pirâmide de olhares atentos e meticolosos que visam o bom adestramento dos sujeitos e disciplina de seus corpos.

Palavras-chave: escola, processos de subjetivação, espaço disciplinar e tempo.

ABSTRACT

This study has as its objective to analyzing the disciplinary in education, taking as its reference the studies Michel Foucault and consequent affects on time control, the distribution of school space, before the attentive and exacting gaze of those who demand good training and disciplines for their bodies.

Keywords: school, subjective processes, disciplinary space and time

INTRODUÇÃO

Reviver a disciplina na escola nos dias atuais é enfrentar elementos novos, imediatamente articulados aos sujeitos que atuam na sala de aula. É um contexto gelatinoso, escorregadio e moldado em sentidos múltiplos de códigos, regras e elementos normalizadores. Essa preocupação torna-se mais pertinente quando nos aproximamos dos estudos de Foucault, cujo ciclo de vida completou-se em 1984¹, portanto, há 15 anos.

A disciplina em sala de aula constitui preocupação de pesquisadores e professores que atuam nesse cotidiano complexo, repleto de símbolos e significados. Os sujeitos², que formam esse espaço, são distribuídos, de forma organizada ou não; mas, de um modo ou de outro, atuam como partícipes de um jogo de forças simbólicas, fazendo com que o sujeito, segundo GADELHA (1998, P. 66), se torne essencialmente social, cujo alvo é o corpo marcado pelos detalhes milimetricamente calculados pela disciplina, olhares e inspeções.

Foucault reaviva sua pesquisas históricas sobre a disciplina no século XVIII. É aqui que os elementos cotidianos são associados às normas e ao domínio do

* Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará; Editor-Chefe da Revista **Educação em Debate** da Faculdade de Educação da UFC; mestre e doutor em Sociologia.

¹ No dia 25 de julho de 1984, num pequeno quarto de hospital, situado em um vasto parque, Foucault ri e brinca ao receber os amigos Daniel Defert, Hervé Guibert, Mathieu Lindon. Segundo ERIBON (1990, p. 306) Foucault quer ver uma pessoa e pede aos amigos que a avisem, tratava-se de Georges Canguilhem. Era tarde demais. Foucault morreu. O *Le Monde* (apud ERIBON, 1990, 3060) publica: *O professor Paul Castigne, chefe do serviço de neurologia do hospital de Salpêtrière, e o doutor Bruno Sauron, em conformidade com a família de monsieur Michel Foucault, divulgaram o seguinte comunicado: "Em 09 de junho de 1984 monsieur Michel Foucault deu entrada na clínica de doenças do sistema nervoso d Salpêtrière para submeter-se a exames complementares exigidos por manifestações neurológicas que vieram complicar um estado septicêmico. Esses exames revelaram a existência de focos de supuração cerebral. O tratamento antibiótico a princípio teve resultado favorável; uma melhora permitiu que monsieur Michel Foucault tomasse conhecimento dos primeiras reações ao lançamento de seus dois últimos livros. Um brutal agravamento eliminou qualquer esperança de uma terapêutica eficaz, e a morte ocorreu em 25 de junho às 13h15".*

² Segundo GADELHA (1998, 66), o *devoir subjetivo* das pessoas é vivido oscilando entre dois pólos. De um lado a experiência predominante é a de uma sujeição – relação de opressão e alienação – a processos de produção e subjetividade que tendem à reprodução do idêntico, do mesmo do equivalente, do identitário; processos que massificam o cotidiano vivido.

minúsculo. Quando Baptiste de La Salle (*apud*, FOUCAULT, 1986, p. 129) no **Tratado sobre as obrigações dos irmãos das escolas cristãs**, dizia - *Como é perigoso negligenciar as pequenas coisas* - não se referia apenas aos detalhes subjacentes da conduta humana, mas intuía os elementos de um novo *ethos* disciplinar.

Embora sendo um filósofo do *presente*³, o olhar no passado é um elemento fundamental do pensamento de Michel Foucault. Os detalhes não passam despercebidos e os dados periféricos revelam-se em todo o significado, passando a ter sentido como um saber construído e produtor de poder/saber e subjetividade.

A minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo darão em breve, no quadro da escola, do quartel, do hospital ou da oficina, um conteúdo laicizado, uma racionalidade econômica ou técnica a esse cálculo místico do ínfimo e do infinito (FOUCAULT, 1986, p. 129).

Dividiremos esse estudo em duas partes: na primeira, mostraremos que a disciplina investe sobre a *distribuição* dos indivíduos no espaço. Nesse caso, passam a ser exigidas técnicas cada vez mais complexas, para, minuciosamente, crivarem os sujeitos com seus olhares e suas perversidades. Na segunda, estudaremos o controle do tempo, cujas regras atuam, não somente no horário, como também na elaboração temporal do ato em sala de aula; no corpo e o gesto postos em correlação; na articulação corpo – objeto e na utilização exaustiva do tempo, visando a controlar os indivíduos e submetê-los ao conjunto de elementos disciplinares.

A DISTRIBUIÇÃO DO ESPAÇO

A DISTRIBUIÇÃO DO ESPAÇO E O SUJEITO DISCIPLINADO

A disciplina organiza o espaço. Isso deve servir para localizar em qualquer momento o indivíduo, colocando-o sob os “cuidados” de olhares atentos e prontos a intervir para manter a ordem e o bom andamento das atividades previamente planejadas. Esse mesmo espa-

ço deve ser dividido em quantas parcelas se façam necessárias, sem que as repartições indecisas possam perturbar os corpos marcados pelos códigos e temores impostos pelas “delícias” normalizadoras. No **Vigiar e Punir**⁴, FOUCAULT (1986, p. 131) afirma ser necessário que se faça a localização imediata do indivíduo, pois cada um tem o seu lugar nesse detalhado *quadriculamento*,

O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quanto corpos ou elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem; de antiaglomeração (FOUCAULT, 1986, p. 131).

Para que o bom adestramento exista de forma eficiente em toda a sua meticulosidade são necessários certos recursos postos à disposição dos espaços disciplinares. Inicialmente, é necessário um espaço de visibilidade, onde a disciplina possa apresentar-se em sua múltiplas faces e o olho do poder instaure-se em cada milímetro, em cada detalhe, revelando assim, o seu significado múltiplo.

O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo de olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder; e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam (FOUCAULT, 1986, p. 153).

Isso faz com que MACHADO (1986^a), assinale:

Na organização espacial, se baseia na “pirâmide de olhares” formada por médicos, enfermeiros, serventes; extrai da própria prática os ensinamentos capazes de aprimorar seu exercício terapêutico. Mas, além de serem interrelacionadas, umas servindo de ponto de apoio às outras, essas técnicas se adaptam às necessidades específicas de diversas instituições que, cada uma à sua maneira, realizam um objetivo similar, quando considerados do ponto de vista político (MACHADO, 1986^a, XVIII).

³ O pensamento de Foucault inegavelmente investiga o seu próprio tempo. Todavia, essa autêntica ontologia do presente, segundo FONSECA (1995, p.09), *integra como método de trabalho um constante retorno a “passados”, por vezes próximos e por vezes distantes, se caracteriza por apresentar ao pensamento contemporâneo uma multiplicidade de temas, ou antes, mesmo, de preocupações.*

⁴ O lançamento do livro **Vigiar e punir** teve grande repercussão pela novidade que trazia em torno do poder disciplinar que atua profundamente nos corpos dos indivíduos, transformando-os em elementos dóceis e, principalmente, que sirvam à grande engrenagem do sistema. Essa temática da disciplina retorna um ano e meio depois, no grande projeto da **História da sexualidade. La volonté de savoir** é um livrinho fininho e no entanto parece concentrar todo o pensamento de Foucault. Aos olhos do autor, porém, não passa de um prelúdio, o prólogo para uma série de investigações históricas que devem confirmar a hipótese inicial (ERIBON, 1990, P. 254).

A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO MODERNO:

LIVRE OU OBEDIENTE?

Analisar o sujeito que integra o espaço escolar é reencontrar papéis múltiplos da subjetividade, recompondo na historicidade que lhe é devida um novo sentido, se é que se pode buscar um sentido sem cair nas armadilhas conceituais da filosofia moderna. Faz-se necessário que a tematização do sujeito não seja envolvida em uma aura transcendental, de conformidade com o pensamento de KANT (1983), sem história e a-temporal, ou recaindo-se nos emaranhados lógico-conceituais da **Fenomenologia do Espírito**, de HEGEL (1992). O sujeito é, ao mesmo tempo, constituinte e constituído na história. É o elemento criador, produtor e constantemente demolidor de sentidos, destruidor de normas, produtor de sonhos e artífice do acaso. É esse sujeito complexo que se move nos escombros da temporalidade e ameaça a docilidade racionalista das técnicas pedagógicas. O sujeito, em Foucault,

Não é dado definitivamente na história, mas constitui-se no interior dela. Não pode mais ser visto como núcleo de todo conhecimento e a fonte de manifestação da liberdade e de eclosão da verdade. Ao contrário, antes de origem e fonte, o sujeito é produto e efeito (FONSECA, 1995, p. 75).

Todavia, esse sujeito é analisado no presente. É aí que Foucault pretende estudar a constituição do sujeito moderno e as sucessivas práticas disciplinares que tentam a todo custo transformá-lo em *sujeito/objeto*. Esse processo é moderno, pois que não se poderia falar em constituição do sujeito na Antiguidade. Como escreve FONSECA (1995, p. 26),

Não se fala em constituição de um sujeito na Antiguidade Clássica, porque houve naquele domínio um mecanismo de subjetivação que, elaborando uma identidade que seria assumida como própria, teria constituído um sujeito. Daí Foucault afirmar que o que se percebe entre os gregos é a busca do indivíduo em constituir-se enquanto mestre de si, não havendo assim algo que se aproximasse à constituição de um sujeito como ocorre na atualidade.

Essa subjetivação tem sua genealogia na relação *saber/poder* e, nesse caso, o sujeito poderá ser adestrado conforme as técnicas e táticas disciplinares produzidas no cotidiano. Tem-se, assim, na opinião de PIGNATELLI (1995), um sujeito obediente. Esse sujeito,

É produzido e sustentado por um poder pouco notado e difícil de denunciar: um poder que circula através dessas pequenas técnicas, numa rede de instituições sociais tais como a escola. Em geral, práticas tais como o exame e outras pequenas técnicas – tabelas, gráficos, formulários – fabricam e fixam (objetificam) o indivíduo e sua diferença à medida que acumulam e ordenam uma massa de significações. Ninguém escapa ao próprio posicionamento nessa operação eficiente, produtiva, em forma de rede (PIGNATELLI, 1995, p. 129).

Nesse caso, estamos diante de uma multiplicidade de práticas disciplinares das quais ninguém pode escapar. O cotidiano é repleto de sujeições e o indivíduo é, conseqüentemente, produzido pelo poder. De acordo com FOUCAULT (1986^a, 131), pensar no poder é pensar na sua forma capilar de existir.

No ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana (...). Também é verdade que foi a constituição deste novo poder microscópico, capilar, que levou o corpo social a expulsar elementos como a corte e o personagem do rei (FOUCAULT, 1986^a, 131).

Frente a tais questões, pode-se pensar no que é específico da disciplina na escola, que pode atuar de forma velada através de pequenas técnicas (e, nesse caso, seria muito difícil a identificação) ou de forma transparente, como no caso da *prisão*, que segundo FOUCAULT (1986^a, 73), *é o único lugar onde o poder pode se manifestar em estado puro em suas dimensões mais excessivas e se justificar como poder moral*. Mesmo assim, consoante pensa FLEURI (1994, 58), a relação *saber-poder* aparece de forma conflitiva.

Contudo, será que o poder só se manifestaria em sua pureza no espaço carcerário, ou poderíamos detectar elementos de visibilidade no interior da escola?

É POSSÍVEL DETECTAR A DISCIPLINA NO ESPAÇO ESCOLAR?

Atualmente, em Fortaleza, “explodem” as organizações escolares de 3º grau. São formações improvisadas e derivadas de megacolégio, com uma forte infra-estrutura e, em alguns casos, particularmente em uma - que denominaremos aqui de Faculdade de Pedagogia do Ceará - FPC⁵, a disciplina é plenamente visível.

⁵ Esse nome é fictício, considerando que a coleta de dados pode ser comprometida para os atores em questão, principalmente para os alunos, que passam a analisar o código normalizador.

vel, pois é fornecido ao aluno, quando ingressa na Faculdade, um conjunto de normas que devem ser obedecidas caso queiram continuar na Instituição.

As normas vão ganhando visibilidade no momento em que se penetra no prédio. Os olhares são aparentemente difusos, porém, estão atentos aos mínimos detalhes que possam transgredir as regras institucionais. Os alunos assinam uma declaração que consta nos seguintes termos:

Declaro, para fins de prova junto às FPC, que reconheço e aceito cumprir as Normas de convivência Social, cuja inobservância implicará em penalidade disciplinar ou em meu desligamento imediato de acordo com o seu regimento.

E as normas, do que deveriam tratar? Que tipo de atitude dos alunos pode ser considerado tão grave que necessite de um conjunto de normas, para regular os gestos, falas, atos ou a própria estética corporal? - No desdobramento dessas normas, poderemos agrupá-las em 4 blocos.

1- Limites imediatos aos chamados atos de desobediência: *Praticar ato definido como infração às leis penais; ofender o decoro universitário; Cometer ato de desrespeito, desobediência, desacato, ou que de qualquer forma importe em indisciplina; incitar, promover ou apoiar ausência coletiva aos trabalhos escolares ou atos de indisciplina coletiva.*

De todas, a última nos parece a mais perigosa. Na realidade, impede a organização dos estudantes, limita ou praticamente anula a possibilidade de greve no interior da Instituição, o que pode levar, por parte desta, a uma prática demasiadamente autoritária que investe contra direitos individuais e coletivos essenciais do ser humano.

2- Impõe-se contra a estética corporal dos jovens, limitando e definindo critérios para as vestimentas. Nesse caso, o peso das regras molda-se aos limites inquisitoriais dos dirigentes da Instituição, resvalando na mão-de-ferro das regras que massacram os indivíduos em aparentes gestos de conduta humana. Essas regras aparecem com um leve tom de ironia frente aos atributos e adjetivações reveladas nas preocupações dos “educadores” da instituição. É proibido, na FPC,

Usar mini-saias, mini-blusas, shorts, roupas de dormir, roupas transparentes, decotes exagerados, tatuagens, enfeites ostensivos, penteados exóticos, em sala de aula ou em atividades extracurriculares, em se tratando de ALUNAS.

Não pensem que as normas deixariam de lado os alunos. Apenas os censores elaboradores das nor-

mas tiveram o cuidado suficiente para detalhar as vestimentas e acessórios dos jovens alunos da Instituição. Na letra l), poderemos constatar isso e a proibição passa a incorporar os seguintes limites:

Usar shorts, camisetas sem mangas, pijamas, calção de banho, chinelões, tatuagens, pinturas, brincos, penteados exóticos em sala de aula ou em atividades extracurriculares, em se tratando de ALUNOS.

3- O bloco seguinte de imposições normalizadoras revela-se cruel, discriminador, e fere a dignidade da pessoa na medida em que impõe os rituais da Instituição ao conjunto dos estudantes. O que se constata é a impossibilidade de manifestação religiosa que seja diferente da “religião oficial da instituição”, confirme a letra o) das normas de convivência social: *Fazer propaganda de religiões que não as das FCP.*

4- Finalmente, o último bloco de normas tenta impedir que os alunos disponham de liberdade mínima de consumidor, caso não se sintam atraídos pelos produtos oferecidos pela Instituição. Na letra n), verifica-se a seguinte proibição: *Comprar alimentos e objetos a vendedores ambulantes nas calçadas ou proximidades das FCP.*

O mais interessante das referidas normas é que o aluno é abrigado, no momento em que ingressa na instituição e passa pelo “funil” do vestibular, a concordar com o “direito Democrático” da Faculdade de cometer tal arbitrariedade.

Reconheço que nas sociedades democráticas as instituições de ensino têm o direito de estabelecer normas e pontos de vistas disciplinares, filosóficos e religiosos a serem respeitados pelos que livremente desejam delas fazer parte. Estou plenamente consciente de que as FCP se regem pelas normas da Igreja Católica Apostólica Romana e só desejam contar em sua comunidade escolar com pessoas que saibam se portar com o devido respeito para com as mesmas e para como todos os membros desse comunidade: professores, alunos e funcionários. Nesse sentido, declaro que li, conheço e aceito pautar minha conduta pelas NORMAS DE CONVIVÊNCIA SOCIAL.

O que se constata nesse ato medieval de disciplinamento do espaço escolar é que as normas parecem permanecer no papel. Os sujeitos, alvos da disciplina, ignoram o conjunto de normas e, se assinam e “aceitam” essas regras não o fazem como elemento de concordância, mas como necessidade de ingressar em

uma instituição de ensino superior. Isso é evidente quando se coleta a opinião de alunos que ingressaram em 1999.

É um absurdo dizer que esta faculdade possui regime democrático, pelo contrário, é uma ditadura a forma como eles tratam o aluno e impõe ao mesmo a conviver socialmente. Cada pessoa possui suas condições e principalmente sua personalidade para vestir-se e criar a sua própria imagem.

Aqui não tem nenhuma criança que precisa ser lembrada dos seus deveres como cidadão. Cada pessoa se veste e anda como quer. Não é só porque é particular que devemos respeitar, e o nosso respeito?

O conteúdo desse "acordo" é o primeiro reflexo que o aluno tem das FCP, pois a mesma sabendo da necessidade do estudante em cursar uma faculdade obriga-o a assinar um termo que foge de todas as noções de liberdade de agir e de ser que o ser humano conquistou com muitos anos e muita derrama de sangue.

O contrato que a universidade nos fez assinar é sem sombra de dúvida absurdo. Muito do que está ali escrito, não irá me prejudicar, pois já vivo normalmente obedecendo a muitas delas. Porém, o fato de alguém lhe impor e determinar seu comportamento não agrada a mim nem a ninguém.

Essa vigilância hierárquica posta em movimento pelas hierarquias disciplinadoras, evidenciada em olhares múltiplos e técnicas, cuja visibilidade solapa as individualidades e, ao mesmo tempo, segue ou procura seguir, todos os passos, gestos e compassos em nome de um ensino de "qualidade" ou em princípios gerais normativos de justiça e igualdade.

Contudo, parece é que a disciplina e as regras de responsabilidade, da forma como são impostas dentro de códigos detalhados visam a um corpo disciplinado em sua conduta, adestrado em seus gestos e falas e profundamente dócil em seus questionamentos. É por isso que as pesquisadoras portuguesas REGO & CALDEIRA (1998) preocupadas com a indisciplina em sala de aula, afirmam:

Os processos de disciplinação utilizados pelos professores tendem a incidir, independentemente do estágio de desenvolvimento em que o alu-

no se encontra, na sanção das transgressões cometidas e não na regulação antecipada e explicitada dos comportamentos apropriados. A adoção desta prática disciplinar parece contrariar o processo de passagem da heteronomia à autonomia moral (REGO & CALDEIRA, 1998, 87).

A uma comprovação semelhante chega MARQUES SOBRINHO (1998, p.86) em dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará:

A prática disciplinar em sala de aula, enquanto sujeição e dominação (...) são empecilhos ao desenvolvimento da autonomia do aluno. Essa prática desencoraja o aluno de pensar e agir autonomamente, reforçando a sua heteronomia natural. Desse modo, ele não desenvolve, de modo suficiente, a sua autoconfiança, a sua criatividade e curiosidade. No aspecto intelectual, o aluno construirá menos conhecimento do que aquele que é mentalmente ativo e autoconfiante.

Entretanto, a disciplina não pode ser analisada somente no controle do espaço e nas imposições disciplinadoras. O tempo é o grande revelador dos segredos disciplinares. É meticoloso quando impõe ritmos acelerados ou lentos na busca da "competência", contabilizada racionalmente nos cálculos detalhados dos gestos eficientes.

O TEMPO E O CONTROLE DAS ATIVIDADES

O HORÁRIO

O horário, essa herança monástica, foi pouco a pouco ocupando todos os espaços da sociedade moderna em seu ritmo acelerado, gestos rápidos e tumultuados nos espaços detalhados de instituições e da própria vida cotidiana. Segundo FOUCAULT (1986, p. 136), são três grandes processos que o acompanham: *estabelecer as censuras, obrigar a ocupações determinadas, regulamentar os ciclos de repetição.*

Essas regulamentações impostas pelo tempo útil é revelada por PETIGNY⁶, *apud* FOUCAULT (1986,

⁶ Trata-se de Abbe Petigny, *Allocution adressée aux prisonniers, à l'occasion de l'inauguration des bâtiments cellulaires de la prison de Versailles*. Cf. alguns anos mais tarde, em Monte-Cristo, uma versão muito clarametne cristológica de ressurreição depois do encarceramento; mas então se trata, não de aprender a docilidade às leis, mas de adquirir por um saber secreto o poder de fazer justiça além da injustiça dos magistrados.

p. 137), nos detalhes que acompanham as regras da escola, em que a divisão e a subdivisão passam a ser referências fundamentais para integrar a eficiência produzida em sala de aula.

No começo do século XX, serão propostos para a escola mútua horários como o seguinte: 8,45 entrada do monitor, 8,52 chamada do monitor, 8,56 entrada das crianças e oração, 9 horas entrada nos bancos, 9,04 primeira lousa, 9,08 fim do ditado, 9,12 Segunda lousa etc.

A qualidade e o sucessivo controle do tempo deve ser teoricamente garantido no momento das subdivisões temporais. Isso passa a representar o *elemento-chave* de sua distribuição homogênea rigorosamente controlada. Pode-se evidenciar, por exemplo, na lista de frequência e no complexo ritual que acompanha a entrada do professor e alunos no espaço da sala de aula e a hora da chamada. Nesse caso, o tempo passa por elementos de filtragem que se exige da “boa norma”.

Mas uma só chamada resolveria? Para termos realmente a certeza de que o aluno compareceu, é necessário que se constate se o aluno realmente continua em sala de aula. A instituição pode então sutilmente “aconselhar” aos seus mestres que controlem a frequência duplamente, fazendo, assim, duas chamadas em uma aula que se inicia pontualmente, pelo soar de uma estridente sirene, às 18h.40min. e termina também pontualmente às 20h.20min. Trata-se de um tempo medido e pago, de um tempo calculado em seus custos e, nesse caso, não pode haver excessos nem faltas. É um tempo que segue uma lógica e um ritmo próprios.

O tempo medido e pago deve ser também um tempo sem impureza nem defeito, um tempo de boa qualidade, e durante todo o seu transcurso o corpo deve ficar aplicado a seu exercício. A exatidão e a aplicação são, com a regularidade, as virtudes fundamentais do tempo disciplinar (FOUCAULT, 1986, p. 137).

É nesse sentido que o tempo marginal, construído fora da disciplina, segundo constatamos em estudos anteriores Cf. (VASCONCELOS, 1998, p. 116), permite fazer tudo e nada ao mesmo tempo. Esse tempo não disciplinado “não interessa” ao espaço da sala de aula.

A ELABORAÇÃO TEMPORAL DO ATO EM SALA DE AULA

Nos espaços disciplinares, passa a haver grande exigência de ajuste do corpo aos mecanismos tempo-

rais. Os gestos, a fala, distorções de linguagem, olhares atentos, ouvidos aptos aos mínimos detalhes que concorram para a quebra do silêncio em sala de aula devem ser imediatamente punidos sob pena de se perder o controle das atividades, pois, se uma regra é quebrada repetidamente sem qualquer resposta por parte do professor, conforme (SPRINTHAL & SPRINTHAL, 1993) apud MENDES (1998, p. 111), os alunos são encorajados a “testar os limites”, ou seja, os alunos são, na realidade, empurrados para a indisciplina. Logo, se conclui que nada deve ser perdoado pelo professor quando a disciplina está em jogo.

A fluência da aula pode, segundo MENDES (1998, P. 111), até levar o professor a ignorar

...alguns comportamentos de indisciplina, em particular se são pouco graves, ou intervenha de forma breve e estereotipada, como por exemplo “Shh...; Pára”.

Essas prescrições de desobediência permitida em sala de aula, como condição para o bom andamento do ritmo dos trabalhos escolares, são evidentemente justificadas pela realização de um programa que realiza a elaboração do próprio ato de aprender. Esse ato deve ser decomposto em tantas partes quantas se façam necessárias ao bom desempenho dos trabalhos. Para FOUCAULT (1986, p. 138),

O ato é decomposto em seus elementos; é definida a posição do corpo, dos membros, das articulações; para cada movimento é determinada uma direção, uma amplitude, uma duração; é prescrita sua ordem de sucessão. O tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder.

O CORPO E O GESTO POSTOS EM CORRELAÇÃO

Controlar e disciplinar, impor alguns rituais de verdade, adestrar o corpo para que atinja a rapidez necessária e a eficiência exigida para o bom andamento da sociedade. O corpo esquadrinhado, seguindo rigorosos critérios temporais e, concomitantemente, andando em movimentos súbitos e/ou planejados a imediata relação entre o corpo e o gesto. Implicações múltiplas podem decorrer desse longo processo em que o

controle disciplinar não consiste simplesmente em ensinar ou impor uma série de gestos definidos; impõe a melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo, que é a sua condição de eficácia e de rapidez (FOUCAULT, 1986, p. 138);

essa eficiência sintonizada no corpo e no gesto ou na utilização eficiente da fala, da caligrafia, dos movimentos do corpo e da máquina ou das mãos com um teclado de computador; a postura e o cuidado com o corpo gerando um movimento harmônico, quase um bailado rigorosamente cronometrado e pautado na rapidez dos gestos.

Um corpo bem disciplinado forma o contexto de realização do mínimo gesto. Uma boa caligrafia, por exemplo, supõe uma ginástica – uma rotina cujo rigoroso código abrange o corpo por inteiro, da ponta do pé à extremidade do indicador (FOUCAULT, 1986, p. 138).

ARTICULAÇÃO CORPO-OBJETO

Se o corpo disciplinado é, para FOUCAULT (1986, p. 139), a base de um gesto eficiente, a disciplina define detalhadamente o modelo e o tipo de relação que o corpo deve manter com o objeto a ser manipulado. Temos no **Vigiar e punir** essa relação sendo exemplificada pela relação do sujeito que manipula uma arma e o tempo aparece como um mediador imprescindível na eficiência que o corpo mantém com o referido objeto.

Consiste em uma decomposição do gesto global em duas séries paralelas: a dos elementos do corpo que serão postos em jogo (mão direita, mão esquerda, diversos dedos da mão, joelho, olho, cotovelo etc.), a dos elementos do objeto manipulado (cano, alça de mira, cão, parafuso etc.); coloca-os depois em correlação uns com os outros segundo um certo número de gestos simples (apoiar, dobrar); finalmente fixa a ordem canônica em que cada uma dessas correlações ocupa um lugar determinado (FOUCAULT, 1986, p. 139).

O poder atua firmemente na relação entre o corpo e o objeto como se pudesse existir a indivisibilidade de ambos. Estabelece amarras sigilosas em sua visibilidade, mas eficaz nos resultados propostos ao bom desempenho das atividades.

A regulamentação imposta pelo poder é ao mesmo tempo a lei da construção da operação. E assim aparece esse caráter de poder disciplinar: tem uma função menos de retirada que de síntese, menos de extorsão do produto que de laço coercitivo como o aparelho de produção (FOUCAULT, 1986, p. 138).

A UTILIZAÇÃO EXAUSTIVA

A utilização do tempo como elemento dominante na modernidade é, segundo FOUCAULT (1986), essencialmente negativa. O tempo revela-se em toda a sua racionalidade, cujos elementos simbólicos são radicalmente diferentes do pensamento clássico, pois implica novos mecanismos gestores de necessidade. O ócio aristotélico não tem mais sentido no mundo do trabalho. Não se pode mais perder tempo. O tempo é ouro e a necessidade não é mais atributo de seres inferiores (escravos). O novo sentido que é trazido pela modernidade afirma um mundo marcado pelo esforço de fundamentar a riqueza pelo trabalho.

É proibido perder um tempo que é contado por Deus e pago pelos homens; o horário devia conjurar o perigo de desperdiçar o tempo – erro moral e desonestidade econômica. Já a disciplina organiza uma economia positiva; coloca o princípio de uma utilização teoricamente sempre crescente do tempo (FOUCAULT, 1986, p. 140).

Eficiência e competência expressam essa nova racionalidade. É o mundo da burocracia e da contabilidade racional, analisado por WEBER (1992). Se, de um lado, manifesta o tipo ideal da dominação racional na empresa, por outro sufoca os indivíduos. Todavia, é preciso lembrar-te, como diria WEBER (1992, p. 29), de que o tempo é dinheiro.

Aquele que pode ganhar dez xelins por dia por seu trabalho e vai passar, ou fica vadiando metade do dia, embora não despenda mais do que seis pence durante seu divertimento ou vadição, não deve computar apenas essa despesa; gastou, na realidade, ou melhor, jogou fora, cinco xelins a mais.

É preciso agora racionalizar o tempo. Organizá-lo, decompô-lo em várias partes para que melhor se possa controlá-lo. Surge a necessidade de organizações complexas que sejam cada vez mais detalhadas em sua estrutura para que se possa ter o máximo de eficiência sem deixar de lado a rapidez. Isso é competência.

Quanto mais se decompõe o tempo, quanto mais se multiplicam suas subdivisões, quanto melhor o desarticulamos desdobrando seus elementos internos sob um olhar que os controla, mais então pode-se acelerar uma operação, ou pelo menos regulá-la segundo um rendimento ótimo de velocidade (FOUCAULT, 1986, p. 140).

A modernidade passa, então, a construir toda uma rede de instrumentos, símbolos e sinais que possam ser monitorados pelos especialistas, gerando a eficiência necessária e a otimização temporal cujo alvo principal, de acordo com VASCONCELOS (1998), é o corpo.

O corpo torna-se alvo de novos mecanismos do poder, oferece-se a novas formas de saber. Corpo do exercício mais que da física especulativa; corpo manipulado pela autoridade mais que atravessado pelos espíritos animais; corpo do treinamento útil (FOUCAULT, 1986, p. 140).

Esse tempo disciplinar passa a se impor na educação. Forma-se uma pedagogia extremamente metódica na qual a seriação do tempo, a programação detalhada das aulas, os planejamentos, a divisão das matérias concorrem para ampliar a disciplina e o controle detalhado do espaço escolar.

Esse é o tempo disciplinar que se impõe pouco à prática pedagógica – especializando o tempo de formação e destacando-o do tempo adulto, do tempo do ofício adquirido; organizando diversos estágios separados uns dos outros por provas graduadas; determinando programas, que devem desenrolar-se cada um durante uma determinada fase, e que comportam exercícios de dificuldade crescente; qualificando os indivíduos de acordo com a maneira como percorreram essas séries (FOUCAULT, 1986, p. 144).

CONCLUSÃO

Se o controle do tempo e a organização metódica do espaço produzem indivíduos dóceis, o que temos em consequência são “sujeitos/objetos”. Não se poderia, então, tematizar uma escola emancipadora que aprofundasse a capacidade criadora dos indivíduos, despertando-os para a liberdade com autonomia, ou seja, aptos a intervir na sociedade política como verdadeiros cidadãos em busca de ideais revolucionários e transformadores.

Essa rede de poder/saber é distribuída pelo cotidiano dos indivíduos. É uma grande malha de força, pronta a se redefinir se for preciso para alvejar de forma precisa e sofisticada os corpos, transformando-os em elementos dóceis e impotentes.

Nesse caso, seria a indisciplina um elemento totalmente danoso aos sujeitos da aprendizagem? Até que ponto a rebeldia estudantil deve ser massacrada por normas disciplinares e racionalidades temporais? Não se poderia reconstituir na brincadeira, no riso, na desatenção, na conversa paralela ao sumo conteúdo ele-

mentos recheados de significados? LARROSA (1998) ousa fazer o elogio do riso na sua **Pedagogia profana**. Todavia alerta:

Não confundi-lo, pois, com esse riso que está à margem do sério, bem situado nos espaços delimitados do ócio e do entretenimento; com esse riso que se coloca nos espaços trivializados e delimitado do lúdico e que é inofensivo porque não se mistura com o sério, por que se mantém sempre um lugar marginal, como uma espécie de intermediário festivo, de válvula de escape, num exterior à norma da seriedade, que não faz outra coisa senão confirmar a seriedade normativa (LARROSA, 1998, p. 211).

Não se pode então construir uma imagem estática do sujeito moldado pelo peso da norma e dos rituais de verdade. Os sujeitos da educação devem ser buscados - conforme pesquisa desenvolvida anteriormente (VASCONCELOS (1995/1996, p. 35)- efetivamente entre seus agentes. Ele não é um peso morto na história. Ao contrário, é constantemente refeito no tempo majestoso nos seus ritos, aberto ao desconhecido e fonte de manifestação da liberdade. O sujeito é alvo do poder e do saber. Todavia, é indisciplinado, rebelde, dança com a vida, cospe no mundo e banha-se no caos. O espírito livre não morre; ele vive constantemente no acaso, sofre com a adversidade e encanta-se com o desconhecido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ERIBON, Didier. *Michel Foucault*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FLEURI, Reinaldo Matias. Relação de saber-poder na educação. In: *O Sujeito em questão*. Florianópolis: UFSC/CED, NUP, 1994. Pp. 51-59 (Coleção Laboratório)
- FONSECA, Márcio Alves. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: EDUC, 1995 (Coleção Hipótese).
- FOUCAULT, Michel. Sobre a prisão. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1986^a.
- _____. Os intelectuais e o poder. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1986^a.
- _____. Soberania e disciplina. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1986^a.
- _____. *Vigiar e punir* - história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1986.
- GADELHA, Sylvio de Sousa. *Subjetividade e menori-dade*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura, 1998.
- HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes, 1992.

- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores).
- LARROSA, Jorge. *Pedagogia profana* – Danças, piruetas e mascarados. Porto Alegre: Contrabando, 1998.
- MACHADO, Roberto. Introdução – por uma genealogia do poder. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1986^a.
- SOBRINHO, Antônio Marques. *Identificando a prática disciplinar no cotidiano da sala de aula e seu papel na (de) formação do sujeito* – Uma abordagem foucaultiana. Dissertação de mestrado defendida em outubro de 1998 no Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará.
- MENDES, Francisco. A gestão do tempo de aula e os comportamentos de indisciplina dos alunos. **Revista Portuguesa de Educação**. Instituto de Educação e Psicologia – Universidade do Minho – Portugal. V.11, n.º 2 de 1998. pp. 109-121.
- PIGNATELLI, Frank. Que posso fazer? Foucault e a questão da liberdade e da agência docente. In: Tomaz Tadeu da Silva (Org). *O Sujeito da Educação*. Petrópolis: Vozes, 1995, pp.127-154.
- REGO, Isabel Estrela e CALDEIRA, Suzana Nunes. Perspectivas de professores sobre a indisciplina na sala de aula. **Revista Portuguesa de Educação**. Instituto de Educação e Psicologia – Universidade do Minho – Portugal. V.11, n.º 2 de 1998. pp. 83-107.
- VASCONCELOS, José Gerardo. A Produção de saber/poder e os processos de disciplinamento na escola: revivendo o pensamento de Michel Foucault. In: **Revista Educação em Debate**. Fortaleza, n.º 29, 30, 31,32 Ano XVII e XVIII, 1995/1996. pp 32-37.
- _____. Ética e sexualidade em Foucault. In: *Cadernos de Filosofia e Ciências Humanas*. Faculdades de Ciências Humanas e Letras. Unicentro Newton Paiva. V.6, n.10, Abr. 1998 – Belo Horizonte: Newton Paiva, 1998, pp. 169-176.
- _____. *Memórias do silêncio*: Militantes de esquerda no Brasil autoritário. Fortaleza: EUFC, 1998.
- WEBER, Max. *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1992.